Revista Portuguesa de Filosofia

"Andar dereito"
Author(s): Afonso Botelho
Source: *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 7, Fasc. 3 (Jul. - Sep., 1951), pp. 253-274
Published by: Revista Portuguesa de Filosofia
Stable URL: http://www.jstor.org/stable/40333198
Accessed: 23-10-2017 15:09 UTC

JSTOR is a not-for-profit service that helps scholars, researchers, and students discover, use, and build upon a wide range of content in a trusted digital archive. We use information technology and tools to increase productivity and facilitate new forms of scholarship. For more information about JSTOR, please contact support@jstor.org.

Your use of the JSTOR archive indicates your acceptance of the Terms & Conditions of Use, available at http://about.jstor.org/terms

Revista Portuguesa de Filosofia is collaborating with JSTOR to digitize, preserve and extend access to *Revista Portuguesa de Filosofia*

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

"Andar dereito"

É este o primeiro ensaio de três que gostaria de publicar sobre o pensamento de D. Duarte. Intitulei-o — *Andar dereito* e daria aos outros os seguintes títulos: *Renunciar* e *Ser leal.*

Constituíram três verbos duma gramática filosófica, que não identifiquei abstractamente, mas que me parece propriedade legítima de D. Duarte. Neles residem as três directrizes fundamentais tanto da sua obra como da sua vida, porque uma e outra, não sendo a mesma coisa, são no entanto a expressão humana da mesma ideia. Esta identidade afasta imediatamente, do meu propósito e da obra do Rei, o uso de qualquer alegoria. Poderia vir à lembrança de quem lesse as páginas que se seguem a aproximação, querida por D. Duarte ou acrescida pelo meu comentário, do acessível uso daquele género. Por isso a prevenção é total e o pensamento de D. Duarte é, por natureza, oposto ao pensamento alegórico. Este parte sempre do ideal ou do sentimental para um concreto enfraquecido pela função imaginária. O pensamento do Rei pelo contrário gera-se na concretíssima experiência da sua vida e só toma a forma de imagem exemplar depois de criar raízes na pura intelecção, ou, pelo menos, depois de se purificar numa reflexão autênticamente filosófica.

D. Duarte não é acidental às suas obras: nelas está o seu pensamento e pouco mais. A arte com que as escreveu não se traduz em literatura nem em exercícios de imaginação, mas é a própria arte com que as viveu.

O *Leal Conselheiro,* por exemplo, não é um escrito sobre que possa recair a exegese erudita dos historiadores da Filosofia ou a especulação tantas vezes fácil dos críticos literários; o *Leal Conselheiro* é o próprio D. Duarte que em cada página do seu livro vai abrindo uma experiência moral, uma reflexão filosófica, um conselho pedagógico. Para preservarmos a lealdade

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

intelectual que ele nos oferece não devemos analisar os seus conceitos desligados da origem, com a preocupação pseudocientífica de os tornar completamente objectivos e classificáveis, devemos antes interpretar cada frase no seu todo e toda a obra na sua autoria. E por fazermos assim não afastamos a interpretação da objectividade desejável, pois o pensamento de D. Duarte, já por si, está em conaturalidade com o seu objecto. Há entre os dois uma dupla e permanente relação universal, de origem e destino. De modo que é raro o conceito que não tenha presente, expressa ou tàcitamente, a noção do acto Criador de toda a realidade e a visão duma escatologia universal. Se das obras de D. Duarte é possível extrair as linhas gerais dum sistema, então creio que devem ser estas as que melhor lhe servem. É certo que por elas ficará pouco definida uma filosofia, já que, em rigor, a toda a filosofia cristã são dados tais limites, mas poderá acontecer que D. Duarte exemplifique a original unidade do cavaleiro cristão que medita filosòficamente. Todavia se esta originalidade não servir para o distinguir no campo do pensamento formal, serve com certeza para lhe dar um lugar à parte na história da Cavalaria. Aí Ele é, e jamais deixará de ser, o *Cavaleiro da Reflexão*. Poderá haver maiores, mais emplumados de gestos e feitos, mais heróicos até no seu perfil, o lugar de D. Duarte entre eles nunca será preenchido, porque nunca mais a História juntará a um português, rei e cavaleiro, as mesmas qualidades e a mesma missão. As páginas que escreveu não só lhe as ditou o mérito de ser simultâneamente um cavaleiro prático e um pensador, mas também a virtude do momento português em que viveu. Andam as duas virtudes tão juntas que os historiadores de agora têm dificuldade em as separar e suponho até que, enquanto se obstinarem em resolver tal dificuldade, continuarão sem conseguir levantar o véu que cobre as pessoas e o sentido dos factos, no começo do século XV.

Para permitir, tanto quanto possível, que este meu comentário também não fosse, por seu turno, acidental à obra de D. Duarte, tentei tomar o exemplo do seu Autor partindo da realidade concreta da cavalaria para a reflexão filosófica. Mas não sei se o meu entusiasmo, a minha rudimentar prática de cavaleiro e sobretudo a incapacidade que nós hoje temos para reflectir unìvocamente como D. Duarte, não teria perturbado o que Ele escreveu de modo a impedir a compreensão do essencial.

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

*

* *

Cavalgar é partir, é um destino que se tece pelo caminho, à medida que cavalo e cavaleiro, juntos, se realizam no tempo e no espaço.

Antes de partir nada mais há do que um homem e um animal. Ambos porém podem ser mais alguma coisa em relação um ao outro. Tudo na Natureza tem um sentido relativo, e também entre homem e animal, frente a frente, laços há que transcendem o isolamento de ambos.

Cavalo e homem, Deus os fez para se realizarem juntos, por isso desde tempos que se perdem na distância se compreendem e se definem como cavalo e cavaleiro. Deus os criou e Deus os ordenou.

Se assim não fora, o poder bruto do animal inferiorizaria o poder fraco do homem, mas a ordenação natural faz-se sempre no sentido do ser mais livre, e o homem, usando da sua maior liberdade, ordena o poder do cavalo ao seu próprio poder.

Assim ficam definidas as relações de cavaleiro e montada, não no plano mecânico da força mas na diferença ordenadora de espécies e qualidades.

Antes de partirem, antes da cavalgada, o cavaleiro já tem em si o segredo que deve revelar pelo caminho; parte já com o dever de sujeitar sempre o animal ao homem, sem confundir nem trair a força humana que lhe foi entregue. Para isso não precisa de ser avantajado em poder, basta, como diz D. Duarte, que «sobre as bestas em feito e parecer sejam homẽes e nom bestas mais sem proveito que elas».

Entre o símbolo e a realidade existe uma barreira que é preciso transpor e para isso há que ter o cuidado que tinha D. Duarte com os privilégios da natureza das coisas e do estado do homem. Ao traçar um itinerário de bem cavalgar não se devem remover todos os obstáculos nem todas as diversidades, forçando a vida a um programa único; desde a qualidade da sela até às normas de regimento do cavaleiro, tudo está em causa e deve servir de molde à *manha* de cavalgar. Daí, não serem os que vão começar a cavalgada quiméricas sombras, fáceis de manejar pela imaginação, mas antes cavalo e homem, na situação real dos que

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

estão limitados por todas as circunstâncias que limitam homens e animais.

Ao começarem a movimentar-se na *carreira* da vida arrancam corpo e alma de *estados* bem definidos. O cavalo *está,* com o conjunto de qualidades concretas, apto a servir melhor ou pior as qualidades mais complexas do cavaleiro. O homem *está* no serviço que Deus lhe destinou. Conforme o seu estado relativo a Deus, assim o cavaleiro abre a «real carreira» ou se perde na estrada nevoeirenta da ausência.

Do conhecimento do seu *estado* social pode concluir o homem o seu melhor, direi até, o seu único procedimento de cavaleiro, porque ele lhe ditará o dever que lhe cabe na geral cavalgada dos tempos e das sociedades. Se não resguardar os feitos «que segundo seu estado e poder lhe som razoados» partirá o cavaleiro em cavalarias que a segunda vontade, a desrazoada, lhe aconselha em constante tentação.

A quebra de *estado* é o horizonte enegrecido que anuncia a decadência da Cavalaria.

Mas *estar* não é apenas um verbo sem acção, conjunto de limites formais impostos à vontade livre, significa também um permanente renovo, ao mesmo tempo que um reatar permanente com as origens. Por isso o *estado* é para o cavaleiro uma disposição para conhecer, a primeira fonte de sabedoria, anterior ainda à faculdade isolada da razão.

Situado no espaço, disposto a cumprir o seu destino de cavaleiro e aberto para a luz do conhecimento, pode partir e levar consigo o cavalo, conhecendo no entanto «cam pouco é nosso saber e poder e como toda a nossa guarda, por muito que nos avisemos, na maão do senhor principalmente he».

Se, por um lado, vencer caminho é partir amarras, cortar os laços que nos prendem ao que ficou — é deixar de estar onde e como se estava — por outro lado, é procurar novas cadeias, é *estar* de novo. Não há portanto partir sem *continuar,* pois ninguém nem alguma coisa consegue libertar-se do seu tempo, daquele que os relógios não contam mas que se determina por dois extremos que não inventámos (mas que nos inventaram a nós) a Criação e a glória do Criador. Duma partimos para a outra, e entre as duas *continuamos.* É como continuadores que somos livres e

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

que um dia mereceremos ou não o galardão divino, a participação na mesma glória.

A nossa comunhão com os outros, com os que nos rodeiam, faz-se também por continuidade e não por contiguidade. Já dissemos o suficiente para compreender que o homem pode estar perto do cavalo sem nunca usufruir com ele os privilégios da cavalaria. Para que assim seja tem que auscultar o significado mais íntimo do companheiro que a Criação lhe ofereceu. E não bastará ficar-se perto e ordenado, deverá partir na mesma hora e com o mesmo destino, deverá *continuar* junto ao cavalo o caminho da vida.

Tudo tem portanto o seu tempo, o tempo que as coisas requerem, e que D. Duarte tão sàbiamente requeria para elas. O mistério da salvação individual está inscrito na comunhão universal dos seres e revela-se harmònicamente no cumprimento do destino de cada um.

A responsabilidade do cavaleiro é a de continuador da obra da Criação, que tem a seu cargo, por delegacia divina, a sua perfeição e a do seu cavalo.

Continuar significa mais do que andar terreno, pois o andar é também um evoluir permanente dos que andam. Cada feito do cavaleiro vence espaço e tempo e, simultâneamente, conduz dois seres «até os poer com graça (de Deus) em devido e desejado fim e conclusom». O cuidado do cavaleiro deve por conseguinte ser posto tanto em si como na montada, com a certeza de que o caminho até ao *devido fim* é o mesmo para ambos, e de que caminhar equivale a acrescer algo aos que caminham.

A identidade do ponto de chegada transforma a vida de dois caminhantes tão diversos num ajustamento de convívio e, por consequência, numa unidade de ritmos, gestos e existências. A ordenação inicial dum a outro garante ainda mais essa unidade.

Ao que a conduz compete conhecer os avisamentos para que a possa manter até ao fim; e esses são os avisamentos do cavaleiro:

Ter-se forte, ser sem receio, ser seguro, ser assessegado, ser solto, ser avisado, ser fremoso...

O primeiro lugar entre estes avisamentos, deu-o D. Duarte ao *ter-se forte,* não porque quisesse fazer dominar a força sobre todos os actos, situações e finalidades do cavaleiro, embargando-os, mas porque encontrou na força de se *ter* um sinónimo exacto da possibilidade de ser cavaleiro. A força que se aconse-

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

lha é ainda um limite de estado — do estado de cavaleiro — porque representa a energia necessária para continuar a possuí-lo. *Ter-se forte* é portanto o contrário de deixar de ser cavaleiro. Ora todos os outros avisamentos só servem para o que está montado, por isso dependem daquele que aconselha antes de tudo a *ter-se montado.*

Posta esta condição de cavalgar, as outras vêm completá-la e completar-se, porque todas se entrelaçam naturalmente, como se fossem apenas momentos diversos do mesmo ser. Assim, o *ser-se sem receio* é o substracto psicológico do *ser-se assessegado,* ou *seguro,* ou *solto* ou *fremoso.* Já não é uma condição sine qua non, como o *ter-se forte,* envolvente e redutora de todos os atributos, mas uma qualidade de igual valor às outras e pertencente ao mesmo cavaleiro avisado.

Somos *sem receio* por muitas razões:

Por nascença, desejo, presunçom, boas sequenças, míngua de saber, husança, razom, outro mayor receo, desposiçom de vantajem, sanha e graça especial.

Por *nascença* não se escolhe definitivamente o receoso ou corajoso. Cada passo acrescido a outro vai desdobrando uma natureza nova, por isso o ditado — « o que a natureza deu, nom se pode bem tolher » — é falso para o cavaleiro. «E veemos húus recearem os perigos das pellejas, e sem receo sofrerem os do mar».

Se o cavaleiro o fosse apenas por montar um cavalo e todas as suas possibilidades de caminhar se esgotassem por uma única estrada, os que nascessem receosos para cavalgar nasceriam sem remissão receosos para a vida. Mas a natureza do cavaleiro é inesgostável e a sua corajem pode estar muitas vezes escondida ou manifestada longe da cavalaria: *no mar, nas pellejas, nas pestellencias.* Em todas as situações se pode ser cavaleiro, por isso a cavalaria é exemplar para todas as situações, tanto quanto é análoga a natureza humana em todas as circunstâncias.

O nascimento é apenas uma sugestão, às vezes forte, mas nunca impeditiva.

A natureza do cavaleiro considera-se portanto livre, não só em essência mas também na existência; dela recebe o cavaleiro a liberdade de caminhar, de cumprir a sua missão e o próprio poder de se renovar.

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

Nenhuma das razões do *ser sem receio* é mais livre na sua expressão simbólica do que o *desejo*.

«Désir» era a enigmática divisa do Infante D. Pedro, cavaleiro do presente, caminhante de todas as estradas da Europa; *desejo* era o meridiano dos barcos portugueses daquele tempo que, por outras estradas, começavam a espreitar outros mundos.

O mundo de D. Duarte é porém o da cavalaria. O mar serve-lhe apenas de exemplo para ilustrar o *desejo de proveito:* «e sse por desejo de gaanço os marynheiros nom receeam os perigos do mar... quem duvydará que, se alguem grande desejo houver de bem saber cavalgar, que aquella vontade lhe nom faça perder o rreceo».

Certamente ao Infante D. Henrique ser-lhe-ia mais fácil equacionar os feitos da marinharia com os padrões éticos da honra e da virtude; para D. Duarte, leal como o seu reino à continuidade da cavalaria, o cavaleiro é o tipo do homem que pode ter o desejo de honra e com ele vencer o receio e a fraqueza de vontade.

Desejo sem limites nem amarras, desejo de virtude e lealdade, desejo de novos horizontes rasgados no mar, são as razões que os Infantes deram à coragem da cavalaria de então. Como se cada desejo representasse uma das três faces, do presente, do passado e do futuro de Portugal, incarnadas na diversidade humana dos três Infantes (e pelo seu governo transmitidas) toda a grei, movida por estas três rédeas da cavalaria, mudou de rumo da terra para o mar.

A Nação não se apeou porque foi sem receio, e a curva da História fez-se sem soluções de continuidade, nem formas decadentes, nem contorsões sociais. Por isso os inquiridores de hoje, defensores acérrimos dos padrões duma nova classe, só com dificuldade vislumbram na história do tempo o seu aparecimento insólito. O desvio de rumo não alterou a História porque o *onesto fim* que a conduzia manteve-se na direcção dos feitos; só muito mais tarde o proveito e o *gaanço* o substituíram no coração dos marinheiros, e logo se perdeu o sentido da Cavalaria.

Enquanto o desejo afasta o receio desde o mais íntimo e espontâneo da personalidade, a *presunçom,* que também é uma das razões do *ser sem receio,* vale apenas para o que é acidental e exterior ao cavaleiro. Mesmo quando exprime o contentamento

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

de saber, visa ainda uma comunicação com os outros que a todo o momento se inverte em vaidade. Pelo menos a definição está sempre presente à ousadia dos demasiado confiantes em si próprios: «quanto menos se sabe mais se presume».

Mas o cavaleiro não é um incomunicável com o futuro nem um desconfiado de seu poder. Acima de tudo preza D. Duarte o valor pedagógico das *sequenças*. Nelas deve pôr a esperança o cavaleiro iniciado, primeiro porque vêm de Deus e para Deus deve tender todo o que caminha ou aprende a caminhar, depois porque o primeiro passo é sempre um risco que exige confiança e desejo de bons resultados.

Toda a pedagogia burguesa, que naturalmente se opõe a esta, a pedagogia sob cujo signo agonizam as gerações do nosso século, despreza as *boas sequenças*.

O peão burguês, receoso do futuro, pouco livre para o aceitar ingènuamente, prova e reprova o aprendiz da sabedoria, em vez de o deixar entregue ao natural optimismo dos tementes a Deus. Impede assim a nossa época que o tempo corra e se converta em ser habitual, formando o carácter dos que nasceram para ser livres.

Nenhum cavaleiro deve ser provado antes de *ser sem receo,* afirma veementemente D. Duarte e aconselha a que se ampare o neófito, tratando de evitar as más sequenças, fornecendo-lhe bons cavalos e condições excepcionais.

A pedagogia anticavaleiresca aconselha de modo oposto: reservar ciosamente as boas sequenças para quem provar com todas as garantias merecê-las. Como se as boas sequenças valessem mais do que as almas, e o direito de as distribuir fosse privilégio dos homens.

Em lugar de seguir o tempo, como faz o cavaleiro que não se identifica com a estrada, mas que se move sobre ela, a burguesia fincou os pés no quadrado defensivo dos seus peões e luta ainda contra a corrente avassaladora do que passa. Um sistema legítimo no seu momento histórico tornou-se desumano como programa intemporal.

A prova é um acto dirigido ao passado, e quando não perverte a contrariedade misteriosa do futuro, tem um nome diferente — é *jogo ou justa.*

Tal como no comércio, provar, exige dois termos de valor

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

abismalmente diferente — o que prova e o que é provado. A diferença de ambos vincula-se a uma ordenação artificial e hipotética, cuja verdade está dependente da mesma prova. Inversamente, o jogo e a justa iniciam-se numa igualdade e acabam por uma ordenação real. Não há neles nenhum momento de hipótese escravizante — os lutadores, vencidos ou gloriosos, partem tão livres como quando chegaram, mais livres ainda porque deram cumprimento a um repto. Partem e continuam a jornada que nem a morte interrompe.

O temor e a *segurança* residem no coração e não podem coexistir, por isso o que teme não está seguro.

A segurança do cavaleiro cresce assim do mais recôndito da sua existência sem estar garantida pelas rotas que a razão friamente trace. A estrada escolhida por cálculo, mesmo que seja segura, transforma o caminheiro em mensagem de si próprio, e a escolha sem entrega denuncia uma recusa aos caminhos da vida. A razão deve intervir sim, em tudo, mas sempre como companheira e testemunha da pessoa, do caminhante, para o qual um chamamento longínquo tem mais valor do que o pronúncio duma estalagem abrigada e fácil.

É a segurança corajosa que interessa cultivar, e a coragem, como o nome o diz, vem do coração preparado para enfrentar os perigos e as canseiras. Nunca a segurança pode ser portanto imposta de fora para dentro: seria contradizer a própria noção de cavaleiro que se compreende formando-se de dentro para fora, da dádiva inicial da vida para a obra completa, que tem na morte o seu termo.

É pelo exterior, pelo rosto e pela *contenença* que se conhece a segurança, mas é pelo interior que a segurança existe. Aliás as razões do coração só se conhecem pelas obras que delas são indícios e símbolos.

São indícios de míngua de segurança: o *receio de fazer alguma coisa,* ou o *fazê-lo trigosamente,* ou *com estorvo* e *empacho,* ou *tarde e preguiçosamente* ou *mostrando maior empenho do que é devido.*

Nem sempre o *empenho* é sinal de coragem e segurança, pode denunciar um temor maior. Quando assim acontece é por-

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

que a virtude perdeu o equilíbio que a justificava e caiu num extremo que já não é virtuoso.

Só à custa de liberdade a segurança frutifica no tempo, e para que haja liberdade é necessário que as contrariedades encontrem no cavaleiro uma resultante harmónica. Desde que se preserve porém essa liberdade substancial é legítimo pensar na função panorâmica do cavaleiro. As suas atitudes, a beleza e valor dos seus feitos são também um diálogo permanente com o mundo, com as coisas e pessoas por que ele vai passando. Entre elas e o seu destino há um entrelaçar constante de luta e paz, por isso tudo o que o cavaleiro queira fazer para mostrar a sua segurança, numa espécie de demonstração de presença, mesmo que não corresponda à realidade, é aproveitado em favor dos que o contemplam e de si próprio. D. Duarte é pródigo na distribuição e rigores morais, mas não é desperdiçado: a *contenença forçada em cavalo inquieto, o picar o animal para que pareça mais vivo* — são fingimentos que não prejudicando ninguém, habituam o homem («sendo para o parecer de fora costumam o coração»). Defensor «dos feitos e ditos claros e verdadeiros» tem contudo D. Duarte a noção precisa da economia moral, lógica resultante dum paralelo entre a realidade e a consciência valorativa. Nada é desaproveitado porque só o pecado resulta do nada.

O fingimento do cavaleiro da decadência é já um fingimento perante Deus, d'O qual esconde o valor das suas intenções, é portanto um fingimento que D. Duarte não aproveita: «ca posto que tais mostranças faça, sempre porém se guardará daquellas em que ouver pecado ou dereito prasmo».

Se encararmos a vida pública dos povos actuais com um pouco mais de penetração e, da serena visão do passado da cavalaria usufruirmos a sua luz, veremos certamente como é falso (e até ridículo, se não fosse dramático), o esquema de subsistência desses povos. Eles articulam-se dentro dos limites políticos, por uma engrenagem de segurança e contra-segurança, sem possuírem no seu coração a mínima garantia de funcionamento dessa engrenagem. E se da visão abstracta dos povos descermos à sua concretização nas nossas almas, confirmaremos isso mesmo: que afinal é ideia corrente e sentimento aceite, que a segurança é uma lógica consequência do receio, um fruto legítimo do temor. E como continuamos a época do maquiavelismo, lúcido domesticador do

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

peão burguês, fica-nos ainda lugar para o pasmo de ver esse vício de alma explorado como princípio de governo. A hoste do inimigo anuncia-se constantemente só para arregimentar medrosos, que são por natureza partidários mais dóceis do que os que enfrentam o perigo e o erro com coragem de alma. O chocalhar desse princípio infirma nos nossos sentidos a propaganda do temor e do receio, que a sensibilidade moral da burguesia se apressa a justificar, solícita, apagando indícios e suspeitas.

Como é diversa a figura serena do cavaleiro que ao longe passa compondo um retrato vivo de segurança e liberdade. Não mostra contorsões nem desencontros, porque à natureza do caminho, íngreme ou plano, pedregoso ou fácil, prende-se o seu coração sem temor, num só abraço de verdade.

Ele vai *assessegado,* porque vai forte, sem receio e seguro.

E quanto mais veloz é a carreira mais *assessegado* deve ser, segundo D. Duarte, porque o sossego corresponde à vida e não à morte, é uma função compensadora e não eliminadora.

A harmonia geral do cavaleiro repassa todas as suas atitudes, coordena-as no tempo e também as vivifica a cada momento, indo buscar, à natureza intemporal do homem cavaleiro as causas mais profundas, às suas qualidades, as condições de existência e às asperezas do caminho, o estímulo e a matéria a vencer.

Nenhuma destas fontes de vida deve estiolar. Assim, o cavaleiro que a todo o custo queira ser forte sem se importar, das qualidades que tem, ou do seu estado, ou do lugar por onde passa, ou do cavalo que monta, arrisca constantemente a desenvoltura necessária dos seus movimentos, ou deixa de ser *fremoso,* e, pode até por excesso de desejo de segurança vir a perdê-la completamente. Neste caso, a hipertrofia da causa última de ser cavaleiro — que é montar a cavalo — provoca a queda do cavaleiro — que é a negação de si próprio.

Por consequência, nem todo o sossego serve, há um *dereito assessego* que ajuda o corpo a ser, rijo, solto e *fremoso,* mas há outro que estagna as manifestações de vida e que, posto no espírito e no corpo do cavaleiro, destrói a maneira de o ser.

Todas as maneiras e condições de cavalgar têm de ser interpretadas em relações que ultrapassam o mecanismo duma simples articulação, pois cada parte pode dar ao todo uma ajuda vital e inesperada, assim como o todo pode transfigurar a função da

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

parte: o sossego dos pés, que pouco tem que ver com o *assessego* geral do cavaleiro, avaliado apenas de «giolhos arriba», reflecte-se contudo no modo de cavalgar *assessegado,* e também para este modo conta e muito o «rosto quedo», com a besta a correr e a sacudir àsperamente o cavaleiro.

«E dos braços se devem avysar que os nom tragam entesados com o corpo assy que o mover deles faça desassessegar». O princípio está bem claro: entre dois limites o sossego se compreende. Pode-se e deve-se ser *assessegado* no todo porque só o todo tem o nome de cavaleiro, sobre quem recai, simultâneamente, o direito e a necessidade de caminhar. Não é porém um limite absoluto, porque nem sempre o sossego do todo é o sossego do cavaleiro, nem sempre o cavaleiro usa o direito de caminhar. Quantas vezes é o caminho que usa o cavaleiro, é o tempo que necessàriamente se impõe a um cavaleiro embargado e rígido, ou pelo medo, ou pela ignorância, ou pela prepotência sobre si-próprio. Quando é assim, o limite ultrapassou-se, a vontade não representa o todo orgânico, o socego não é um *dereito assessego.*

A intervenção da parte define outro limite que também não é absoluto, pois nem sempre, nem por qualquer razão, lhe convém interferir na função do conjunto, como também lhe não é lícito usar dum modo absoluto das estritas possibilidades da sua natureza incompleta.

A *liberdade absoluta* é portanto outorgada pela missão que o cavaleiro tem: as pernas, os braços, nos seus movimentos reflexos e relativamente autónomos, não devem prejudicar o corpo, quando este incarna na realidade o mensageiro livre e autênticamente caminhante. Mas, por outro lado, o corpo nada pode impor em seu nome, porque só o calvagar o define como cavaleiro. O termo da viagem é que informa a sua natureza, e a liberdade apenas se concretiza num estado inicial. Quem confere direitos é a voz que chama pelo caminhante e que no mesmo verbo reune o nome da pessoa livre e a força indispensável para o ser. Cada passo liberta o passo anterior, por uma entrega dócil à atracção da voz longínqua. Se o cavaleiro perde o rumo segredado à sua alma não encontra em si-próprio, no privilégio de ser livre, outro que o substitua; da sua autonomia recolherá indefinidamente o direito de procurar a voz que perdeu e nada mais, como se a liberdade isolada e virgem não fosse senão o eco repetido do seu nome, em cada instante, pletórico e inútil.

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

O cavaleiro livre, é o cavaleiro pronto a partir, liberto, solto de embargos. E esses embargos estão em si próprio. D. Duarte descrimina-os assim: *empacho, fraqueza de vontade, vergonça, mingua de corpo, pouco saber, pequena husança.*

Tanto o *empacho* como a *fraqueza de vontade* denotam pequenez de coração, a qual se opõe àquela esperança indispensável ao caminheiro.

Com esperança o embargo de vontade sucumbe, sem ela o cavaleiro não tem grandeza de coração que baste para partir.

A grandeza de coração não se deixa medir como qualquer grandeza, representa todo o imponderável pessoal que a heroicidade reclama, uma grandeza que os santos possuem na vida e nos entregam depois da morte.

O autêntico cavaleiro, antes do tudo, precisa de grandeza de coração. A sua liberdade começa aí, na origem de todos os seus sentimentos, e floresce com eles, cada vez mais aderente à claridade da libertação final. É este o rasto da liberdade.

A História tem-no procurado nos mais diversos sentidos e o último cavaleiro da humanidade, aquele que ainda não se afastou dos nossos olhos, procura-o contìnuamente em vão. É o próprio *cavaleiro da liberdade,* fruto romântico e tardio do fidalgo de La Mancha. Neste, a loucura da missão sobrepos a toda a realidade, a começar pela de si próprio, a alucinação dos deveres formais da cavalaria. A ideia da liberdade sofreu também essa alucinação, projectando-se íntegra e ardente entre as coisas que rodeiam o homem. Mais tarde o cavaleiro da liberdade quis procurá-la onde o último cavaleiro a deixara, e tal qual um D. Quixote maravilhoso, batalhou, sofreu e desagravou o seu nome inefável. A liberdade porém não apareceu em sítio algum.

D. Duarte, o cavaleiro da reflexão, propõe, na distância intemporal do século XV, um novo caminho que possa ser eterno; propõe ao cavaleiro da liberdade que deixe a sua louca tarefa e volte à condição natural de *cavaleiro livre;* propõe-lhe afinal que se liberte da liberdade e busque antes na sua alma as condições da própria cavalaria, as *condições de ser livre* para contiuuar a viagem interrompida.

Essas *condições* dizem respeito ao coração e ao entendimento.

D. Duarte não foge aos ensinamentos e é mesmo de opinião — «que mais aleixam (os homens) de percalçar as manhas

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

por myngua de vontade e fraqueza dellas, que por disposiçom de corpo». E então ensina o cavaleiro a *libertar-se de embargos:* primeiro, soltando o braço direito, para livremente poder lançar, cortar, reger; segundo, deixando livre o outro braço e a mão esquerda para trazer ou soltar a rédea; terceiro, podendo mexer com as pernas dos joelhos abaixo para ferir a besta. O corpo e o resto devem estar quedos ainda que os braços e as pernas façam o seu ofício.

Para além do coração, primeiro núcleo de liberdade, a razão pode orientar a função e atitude do corpo. De resto, é a ela que compete solucionar a constante e natural contrariedade entre as duas *vontades do homem* — a carnal e a espiritual — antecipando-se à função da terceira, que é a mais falsa de todas: — a vontade tíbia ou prazenteira — que as duas primeiras quer juntar contraditòriamente.

A *vontade carnal* deseja: «vyço, folgança do corpo, cuidado, e arreda-se de todo o perigo despeza ou trabalho». A *espiritual,* pelo contrário, desejando exclusivamente canseiras, despesas e perigos, transborda os limites humanos para o caminho ilusório do orgulho. É a vontade dos que andam em feitos de cavalaria *destemperadamente,* sem atenderem aos trabalhos que «segundo o seu estado e poder lhe som razoado».

O cavaleiro da decadência fica retratado no desenho desta vontade espiritual. Do mesmo modo que ela, dá-se a uma causa que não é humana, sujeita-se à tirania do impossível, e por isso peca.

O real cavaleiro deve saber esperar, nisso está a sua prudência: esperar que se trave a luta original dentro de si, e só depois decidir. Mas que seja de luta o tempo que espera, porque o maior perigo esconde-se ainda na vontade tíbia e prazenteira, a que finge escolher mas que jamais escolhe. Igual a ela, o falso cavaleiro vive de emboscadas e desleais compromissos; confunde voluntàriamente a carne com o espírito, enxerta o erro na verdade, e tudo o mais, só para que a luta não se dê, e D. Duarte acrescenta: «o que fazer nnom pode por seer batalha que nosso senhor deos nos ordenou por nosso proveito».

Esta é a batalha entre dois lutadores ordenados por Deus. Ela se perpetuará enquanto o homem for homem, com verdade de todas as coisas naturais. O pecado só surge com um terceiro termo que é já *escolha de caminho.*

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

Cheio duma sabedoria sobre as verdades da natureza do homem e do cavalo, fica o cavaleiro perplexo perante a necessidade de escolher caminho. É outro mundo que se abre a cada interrogação, impondo-a como necessária. Até ao momento da partida tudo lhe tinha sido dado, só a reflexão lhe pertencia, mas daí em diante a autoria é plenamente sua, a mais leve opção deixa sinal na consciência.

Que dirá a sua natureza? Apenas que dentro de si se trava uma luta; que é livre de escolher um dos caminhos representados pelas vontades contrárias; que essa escolha o fará aproximar-se ou afastar-se da missão que o define como cavaleiro.

A resposta não resolve o seu problema, porque embora lhe apresente vários caminhos não lhe diz qual é o único que ele deve seguir, e para aquela nova espécie de atitude apenas os caminhos únicos interessam.

Perante o mutismo da natureza o cavaleiro só pode esperar resposta da *sobre-natureza*. A mesma voz que o convidou a partir e a ser cavaleiro dir-lhe-á agora qual o caminho a seguir.

Integrado nas verdades da Ciência Revelada já não poderá alegar ignorância; cada passo que der determinará um itinerário seu, com um ponto de chegada inteiramente escolhido pela sua vontade. Agora a liberdade tomará o aspecto de *responsabilidade*.

Mas entrando em contacto com o mundo da Moral, deixará de ser cavaleiro? Terá de perder algumas prerrogativas que o definem? As suas atitudes e os seus gestos deverão moldar-se de modo diferente?

D. Duarte nem sequer muda de capítulo para analisar a existência moral do cavaleiro. Os mesmos avisamentos que servem para aconselhar a prática da cavalaria ajudam-no também a cumprir o seu destino moral. Nem de outro modo se compreenderia. A escolha do caminho é o primeiro dever do caminhante; ora o cavaleiro é também, por natureza, um caminhante, não altera por isso a sua maneira de ser, antes a realiza, quando caminha.

Sòmente, as suas naturais fraquezas precisam, para continuar a ser caminhante, que o sobrenatural o enriqueça com novos poderes. D. Duarte aconselha o cavaleiro a procurar três freios que dominem as três vontades iniciais, para que a quarta, livremente, o mova. São esses *três freios:* o *temor das penas do inferno e das leis ditadas pelo Senhor;* o *desejo de galardom;*

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

o *amor de nosso senhor e afeiçom das virtudes.* Cada um deles é suficiente para «encaminhar na carreira chã e direita», mas é possível apropriá-los à diversidade dos homens, nas suas relações de hierarquia fraternal. O primeiro, o *temor das penas do inferno,* que corresponde à *fé,* é próprio dos escravos que servem com medo da lei do Senhor e das feridas do seu chicote. O segundo, o *desejo de galardom,* que corresponde à *esperança,* é próprio dos servidores que já esperam honras. O terceiro, que corresponde à *caridade,* é próprio do estado de bom e leal filho que todas as coisas de seu pai há por suas.

O Divino Autor destas Graças é sempre o mesmo Senhor, nós é que estamos em lugares diferentes e em diversas relações com Ele: Podemos ser seus, pertencendo-lhe como escravos, ou então, como vassalos, esperar pertencer-lhe eternamente, ou ainda, sentir que nos pertence, como aos filhos pertencem os pais.

Todas as situações são fruto da operante e vivificante presença divina, que não se limita a chamar mas que dá forças para se atender ao chamamento. E essas forças começam a auxiliar-nos na luta que dentro de nós próprios se trava constantemente. A Revelação ensina-nos, porém, que a acrescentar à batalha justa que Deus ordenou em nós, outras nos esperam. É que o *pecado* não foi só do homem mas também do anjo. Nem só das nossas inclinações pode surgir o mal. Ele é activo pelo destino mortal do seu autor, nosso inimigo, e pode pois a cada curva do caminho convidar-nos à luta.

O cavaleiro que queira chegar ao fim da viagem sem trair a sua missão deve armar-se e ser também *lutador.*

Há porém que distinguir entre os inimigos, pois uns, sendo leais, querem apenas lutar, outros, sendo fiéis à fidelidade, existem sòmente para vencer por qualquer processo os que aceitam a luta.

Apesar da existência destes inimigos desleais, não precisa o cavaleiro de ser desconfiado. A única desconfiança legítima brilha nas suas armas, e essa mesma está incluída e justificada pelos riscos que ameaçam todo o caminhante.

Seja qual for o caminho e as circunstâncias, mesmo que se anunciem perigos e ciladas, ou inimigos de maior força, o cavaleiro não deve perder a sua heroicidade, deve seguir em frente com os olhos postos na certeza de conhecer o inimigo.

Usar de processos iguais aos do traidor que o espera embu-

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

çado, corresponde a perder antecipadamente a batalha, porque todo o que se iguala perde. Porém, se o inimigo, depois de avistado, mostrar natureza superior e se a vitória concedida impossibilitar para sempre o termo da sua viagem, a maior heroicidade está em reconhecer a força, baixar o escudo e desistir, porque, diz D. Duarte: «Entendo que pode ser bom justador o que algumas vezes nom se quer aventurar». A aventura aqui não é aventura mas *tentação*. Tentação a que a vontade espiritual se deixa prender.

A liberdade de lutar só existe para cá da existência dos valores últimos da vida, aqueles que fazem: caminhar, lutar e sofrer o cavaleiro. É ilógico pensar uma luta que já traga a marca da derrota total, assim como é impossível ao cavaleiro aceitar um encontro que o afasta definitivamente do seu caminho. Em vez de encontro seria um desencontro, em vez de luta, uma escravização. Só dentro dos limites da liça e sob a claridade do sol a justa é livre e valorosa. Só aí está preservada a decisão desconhecida, da qual se espera, porém, uma ordenação justa e equitativa.

Para a *luta leal* dá D. Duarte avisamentos especiais que resume em dois pontos: levar a lança um pouco mais baixa do que o alvo, e olhar firme, sofrendo o corpo e a vontade até ver assentar o roquete no lugar. Levar a lança um pouco mais baixa é ainda com a intenção de desembargar a vista do lutador, por ser ela a condição verdadeiramente superior daquele que encontra. Mesmo assim D. Duarte limita a infalibilidade da visão, enunciando a segunda razão por que aconselha lança baixa: para que o choque de encontro, corrigindo a direcção, dê mais probabilidades de atingir o alvo. Em tais circunstâncias, o racionalista extremo, confiante apenas na visão descriminadora e geométrica, não sofreria este risco, e por isso se arriscaria a nunca acertar.

D. Duarte porém é confiante no equilíbrio ajustador da *Natureza* e por isso lhe dá lugar activo no torneio, permitindo que as suas leis e os seus acasos corrijam as fraquezas da visão humana. Transforma-se contudo em conselheiro prudentíssimo e desconfiado quando a natureza do inimigo não permite uma luta leal e ordenada.

Abre-se então um capítulo diferente do livro da Ensinança: já não se trata de encontrar em justa mas de *encontrar em monte.*

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

Este inimigo nunca obedeceu nem nunca obedecerá ao mesmo código de honra, é uma *alymária* feroz, um verdadeiro inimigo.

Os avisamentos em vez de dizerem respeito à complexidade orgânica dos lutadores concentram-se ùnicamente no objectivo de matar o animal sem prejuízo do cavaleiro. São eles os seguintes: *encontrar bem e dar maior ferida; ferir mais aguçosamente; guardar(-se) de algumas minguas e cajões.*

Todas as hipóteses de encontrar são revistas: Vindo a nós (de diante, das ilhargas e de trás). Atravessando de cada um dos lados. Fugindo.

Para cada uma destas hipóteses se aconselha um modo de ferir, sempre pensado com o objectivo de mais ràpidamente dar morte ao animal, a não ser quando o cavalo ou o cavaleiro possam sofrer perigo. Neste caso é melhor não caçar ou então escolher outra maneira de ferir mesmo que seja menos eficiente. Quer dizer, o verdadeiro interesse do cavaleiro, nesta nova perspectiva, é chegar ao fim da carreira e só atacar para se livrar dos embargos que o impeçam de prosseguir. Assim também a alma deve proceder com as tentações. Com elas não é permitido nenhum virtuosismo nem prodigalidade heróica. O ataque é defensivo, o maior preço está no cumprimento do destino.

Cada um dos modos por que a *alymária* pode surgir é estudado, e posto sempre em equação o encontro, mais forte, mais certeiro ou mais perigoso. O avisamento, pelo seu lado, aconselha sempre a maneira em que toda a força do cavaleiro e o peso e velocidade do cavalo sejam inteiramente aproveitados. As posições de braço estirado ou, de qualquer modo, desarticuladas do conjunto não são, por exemplo, aconselhadas mesmo que sejam mais certeiras.

O horizonte aberto por esta finalidade de chegada, transcendente à realidade isolada de cavalo e cavaleiro, é envolvente e total. Se fosse parcelar, só algumas das posições seriam alteradas mas, por isso mesmo, a diferenciação de planos seria maior. Assim, tudo toma um significado especial que, no entanto, não é excepção, pois o destino do caminhante nasce preso à própria ideia de cavalgar.

Os avisamentos gerais não se alteram embora o maior dinamismo funcional do cavalo e do cavaleiro acentue a sua hierarquia. Este destino prevalecente, esta nova hierarquização liberta

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

um pouco o cavalo da sua ordenação inicial e por isso ele ganha um poder maior, representando como que o *corpo activo* do cavaleiro. Antes da partida o cavalo servia de intermediário entre o cavaleiro e a Natureza, agora em viagem, a sua cooperação colocando-o em situação de lutador relativamente às asperezas do caminho e obstáculos a vencer, identifica-o nisto com o cavaleiro.

Maior poder não significa porém maior colaboração. Nem sempre, pelo menos, o cavalo usa o seu poder colaborando com o cavaleiro. O que significa certamente, esta dinâmica do cavalgar, é que cavalo e cavaleiro se aproximam mais dos limites que os definem — o animal da sua força bruta, o homem das suas possibilidades de domínio. Um destino comum aviva sempre as diferenças e as semelhanças.

Vista por este prisma, a liberdade do cavaleiro apresenta-se cada vez mais como uma libertação de embargos, quer do caminho quer do próprio caminhar, ou seja, dos embargos postos pelo cavalo.

E o sossego, nesta corrida interessada pelo fim, aproxima-se muito mais da segurança; e a segurança que nunca deixa de ser sem receio, valoriza acima de tudo que o cavaleiro se tenha forte.

Ter-se forte surje portanto como a chave de todos os avisamentos. Estes devem interessar do mesmo modo ao cavaleiro, mas porque sem ser caminhante ele não é cavaleiro, pois nem sequer pode partir, a última reflexão deve-a fazer sobre os segredos do ter-se forte, que é, para D. Duarte, pelas mesmas razões, a parte «principal».

Das ajudas para se ter fortemente, que são: *andar dereito, apertar as pernas, firmar os pes nas estrebeiras, pegar bem com as mãos, conhecer a sela e saber-se correger,* a primeira é a fundamental. É fundamental, não por sobrevalorização pessoal de D. Duarte, mas por razões objectivas. Assim como o avisamento de ter-se forte é a chave de todos os avisamentos, na medida em que os condiciona, o *andar dereito* é a base de qualquer posição do cavaleiro, porque dela dependem todas as outras. Ela é um limite de situação — derribado de andar dereito o cavaleiro fica em risco de deixar de o ser — é portanto uma condição de existência.

Por outro aspecto, *andar dereito,* subordinando todas as outras ajudas do ter-se forte, é a sua verdadeira realização, é a uni-

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

dade viva da chave dos avisamentos — uma condição da essência de ser cavaleiro.

Este último limite é um limite superior, que logo diferencia a posição do cavaleiro em relação à posição do cavalo.

Ser derribado de *andar dereito* corresponde antes de tudo a perder a hierarquia de cavaleiro, e depois, na sequência do caminhar, por prejuízo das outras qualidades, a poder deixar de o ser completamente. Eis porque as quebras de *dereiteza* se comparam aos pecados mais graves, os quais, cortando as ligações da alma com o seu Criador, também roubam ao homem o seu limite superior, a sua posição autênticamente humana.

Diz D. Duarte que o cavaleiro pode *ser derribado: para diante, para trás e para cada uma das ilhargas.*

Não há que estranhar que a causa primeira de derribamento seja o cavalo. Na luta com o caminho, as inclinações do animal actuam fortemente. Por elas irrompe a força vital, cujo domínio e ordenação pertence ao homem, mas que, desencontrando-se e tornando-se independente, pode escoar-se em contacto directo com a força cósmica. Entre a autoridade do cavalo e a rude resistência do caminho, solta-se o poder do cavalo tentando uma liberdade própria. Se a autoridade é real o poder cede e toma forma ordenada. Mas quantas vezes não o alcança e o cavaleiro é derribado.

Contra isto deve avisar-se o cavaleiro sabendo como *pode ser o derribamento.* Por isso não se esquece D. Duarte de o dizer: O *derribamento para diante* pode dar-se — *anteparando-se o cavalo, pondo as mãos perto donde as tinha, metendo a cabeça entre elas e atirando as pernas, embicando.*

Para remediar este mal provocado pela inclinação do cavalo, o cavaleiro deve opor-lhe uma inclinação contrária do corpo, esquinando-o, ou endireitar-se apertando as pernas e os pés. O exagero da inclinação contrária é uma tentativa de seguir a virtude, opondo um extremo a outro extremo, tentativa que se justifica porque cavalo e cavaleiro funcionam aqui como termo material e espiritual duma mesma equação. O endireitar-se tendo-se forte, é solução mais nobre mas também mais arriscada e talvez até seja em alguns casos fruto da vontade espiritual que D. Duarte tanto desvaloriza. Quando a finalidade última é a de evitar um derribamento o processo mais prudente é também o mais verda-

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

deiro, e são até consentidas atitudes de recurso como a de prender as mãos aos arções, caso seja necessário. Porém, D. Duarte abre um capítulo especial para sublinhar que este expediente não é *fremoso* e que só se deve pôr em prática depois de usar o corpo e as pernas e, mesmo assim, escondendo-se o mais possível este recurso.

A *fremusura* para D. Duarte não é uma exigência de opinião, mas um estado de ser, por isso interessa ao cavaleiro ser *fremoso* em qualquer momento e em qualquer circunstância, haja ou não quem o possa considerar como tal. Naquele caso, esconder as mãos equivale portanto a cuidar da sua perfeição e não as ocultar a sua imperfeição.

Para traz o cavaleiro pode cair: *alvorando-se o cavalo, pulando, arrancando a correr, subindo depressa demais; saltando* etc.

E para *cada um dos lados: espantando-se ao travez, voltando-se rijo, furtando a espalda, começando de anteparar* desviando-se para cada um dos lados. Em qualquer destes casos o remédio encontra-se sempre numa dialéctica de tempo e de espaço, normalmente traduzida pela regra de tomar a posição contrária à que faz derribar, ou a de ganhar tempo sobre os movimentos do cavalo, antecipando-se à sua tentativa. Uma ou outra solução só diferem por se aplicarem, uma ao espaço outra ao tempo. A sua essência é a mesma — procura duma disposição habitual compensadora do extremo ocasionado pela acção do cavalo ou de outra causa exterior.

O que o cavaleiro deve ter como preocupação constante é *andar dereito.* No *ter-se forte* está o avisamento principal, no *andar dereito* a posição indispensável para a sua realização.

Se o homem tivesse sido feito cavaleiro e durante o caminho dos séculos nunca tivesse perdido a postura que Deus lhe tinha dado, *andar dereito* seria uma lei intangível; o pecado porém deixou o homem abandonado a encontros de forças diversas, a inclinações permanentes para a queda; fez do homem um lutador: consigo próprio, com a Natureza e com os animais ferozes que irrompem activamente contra ele. Depois da primeira grande queda cada um tem de se armar cavaleiro pelos seus méritos e o *andar dereito* conquista-se com o mesmo esforço com que se vive.

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms

D. Duarte compara expressamente esta posição do cavaleiro com a posição do homem na vida: «Tal geito como este dandar dereito na besta me parece que devyamos teer em os mais de nossos feitos pera seermos no mundo boos cavalgadores e nos teermos fortes de nom cair».

Andar no mundo assim como andar a cavalo é uma acção total que envolve alma e corpo, cavaleiro e montada. Não se *anda dereito* a cavalo porque, em relação ao animal, o cavaleiro toma uma posição perpendicular. Ambos estão em causa no encargo de chegarem ao fim, e entre um e outro a única relação substancial é essa mesma. Na vida, quando a tristeza, a mal querença, a míngua de fé ou a fraqueza de coração nos fazem cair para diante, também não é suficiente que a alma tente recuperar todas as forças perdidas e só com elas queira dominar o corpo. Se houver de continuar *dereito* na caminhada da vida, o caminhante olhará para o Céu e a ele rogará a força da esperança.

Se o cavaleiro estiver a cair para diante deve igualmente procurar o alto com os olhos. Quanto maior for o desvio do corpo por olhar o céu, mais se afastará da perpendicularidade relativa ao cavalo, mas mais esperança haverá de continuar *dereito* até ao fim.

Se a *presunçom, soverva ou vâ glória* forçarem o homem a cair para trás, não será a ciência, nem a arte, nem outra qualquer expressão da relatividade humana que o farão endireitar-se, será porém ainda a confiança no Céu que, inclinando-o totalmente para a sua condição humilde, lhe dará o equilíbrio necessário da virtude. A ciência, a arte e os dons da natureza humana são ajudas, como para o cavaleiro o conhecimento da manha de cavalgar, mas tanto o peregrinar do homem na Terra como a ronda do cavaleiro pela vida são missões que transcendem um e outro e que só para além das suas forças e fraquezas, no absoluto, encontram o complemento justo.

Enquanto o cavaleiro anda *dereito* desdobra na realidade o seu destino, porque caminha sem perder o norte nem «os começos da alma», como diz D. Duarte. Cumpre assim a missão de continuar a sua existência e a do seu cavalo pela real carreira, cujo fim se anuncia naquele mesmo ponto alto em que os seus olhos devem estar fitos.

AFONSO BOTELHO

This content downloaded from 62.174.80.146 on Mon, 23 Oct 2017 15:09:39 UTC
All use subject to http://about.jstor.org/terms